

INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: CAMINHOS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO**INTEGRATION OF EDUCATIONAL POLICIES AND PEDAGOGICAL COORDINATION: WAYS TO IMPROVE QUALITY IN EDUCATION****INTEGRACIÓN DE POLÍTICAS EDUCATIVAS Y COORDINACIÓN PEDAGÓGICA: CAMINOS PARA MEJORAR LA CALIDAD EN LA EDUCACIÓN**

<https://doi.org/10.56238/ERR01v10n5-029>

Wanderley dos Santos Primo

Mestre em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: wander.primmo@gmail.com**Cleudes dos Santos Santana**

Mestre em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: cleudesxingu@gmail.com**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar a importância da integração entre as políticas educacionais e a atuação da coordenação pedagógica como estratégia fundamental para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas. A pesquisa parte da compreensão de que, embora haja avanços nas diretrizes educacionais brasileiras, muitas vezes a sua implementação nas unidades escolares enfrenta desafios relacionados à falta de articulação entre os gestores e os profissionais da educação. Nesse contexto, o coordenador pedagógico emerge como figura central na mediação entre as políticas educacionais e a prática docente, contribuindo para a formação continuada dos professores, o fortalecimento do projeto político-pedagógico e o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas às necessidades dos alunos. Com base em uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais, o estudo evidencia que a integração efetiva entre as políticas públicas e a coordenação pedagógica pode promover maior coerência entre os objetivos educacionais e as práticas escolares, impactando positivamente nos processos de ensino-aprendizagem e na equidade educacional.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Coordenação Pedagógica. Qualidade do Ensino. Gestão Escolar. Formação Docente.

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of integration between educational policies and the role of pedagogical coordination as a fundamental strategy for improving the quality of teaching in public schools. The research is based on the understanding that, although there are advances in Brazilian educational guidelines, their implementation in schools often faces challenges related to a lack of coordination between administrators and education professionals. In this context, the pedagogical

coordinator emerges as a central figure in mediating between educational policies and teaching practices, contributing to the ongoing training of teachers, the strengthening of the political-pedagogical project, and the development of pedagogical practices aligned with students' needs. Based on a qualitative approach, grounded in a literature review and analysis of official documents, the study demonstrates that effective integration between public policies and pedagogical coordination can promote greater coherence between educational objectives and school practices, positively impacting teaching-learning processes and educational equity.

Keywords: Educational Policies. Pedagogical Coordination. Quality of Education. School Management. Teacher Training.

RESUMEN

Este artículo busca analizar la importancia de la integración entre las políticas educativas y el papel de la coordinación pedagógica como estrategia fundamental para mejorar la calidad de la enseñanza en las escuelas públicas. La investigación parte de la premisa de que, si bien existen avances en las directrices educativas brasileñas, su implementación en las escuelas suele enfrentar desafíos relacionados con la falta de coordinación entre administradores y profesionales de la educación. En este contexto, el coordinador pedagógico emerge como una figura central en la mediación entre las políticas educativas y las prácticas docentes, contribuyendo a la formación continua del profesorado, al fortalecimiento del proyecto político-pedagógico y al desarrollo de prácticas pedagógicas alineadas con las necesidades del alumnado. Con un enfoque cualitativo, basado en una revisión bibliográfica y el análisis de documentos oficiales, el estudio demuestra que una integración efectiva entre las políticas públicas y la coordinación pedagógica puede promover una mayor coherencia entre los objetivos educativos y las prácticas escolares, impactando positivamente en los procesos de enseñanza-aprendizaje y la equidad educativa.

Palabras clave: Políticas Educativas. Coordinación Pedagógica. Calidad de la Educación. Gestión Escolar. Formación Docente.

1 INTRODUÇÃO

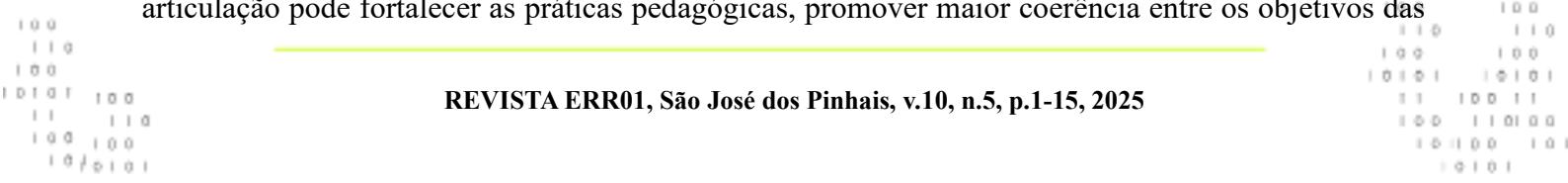
A qualidade da educação tem sido um tema prioritário nas discussões sobre o desenvolvimento social e econômico em todo o mundo, e no Brasil não é diferente. Nos últimos anos, o país tem investido significativamente em políticas educacionais que busquem ampliar o acesso, garantir a permanência dos estudantes nas escolas e promover a melhoria dos resultados educacionais. No entanto, apesar desses esforços, os indicadores educacionais ainda apontam para desafios importantes, sobretudo relacionados à desigualdade de oportunidades, evasão escolar e desempenho insatisfatório em avaliações nacionais e internacionais. Essas dificuldades revelam que a formulação de políticas públicas, por si só, não é suficiente para assegurar a melhoria da qualidade do ensino; é fundamental que essas políticas sejam implementadas de forma integrada e contextualizada no ambiente escolar.

Nesse cenário, a coordenação pedagógica desempenha um papel estratégico, atuando como um elo entre as diretrizes definidas pelas políticas educacionais e as práticas efetivamente desenvolvidas nas escolas. O coordenador pedagógico assume a responsabilidade de mediar e articular os processos de ensino-aprendizagem, além de apoiar o trabalho dos professores e colaborar na gestão do projeto político-pedagógico da instituição. Sua função vai muito além de uma simples gestão administrativa; envolve o acompanhamento, a formação continuada dos docentes e a promoção de um ambiente escolar que favoreça o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes.

A integração entre as políticas educacionais e a coordenação pedagógica, portanto, configura-se como um caminho essencial para a melhoria da qualidade do ensino. Essa articulação possibilita que as estratégias definidas em âmbito nacional, estadual e municipal sejam adaptadas à realidade de cada escola, respeitando suas especificidades culturais, sociais e econômicas. Além disso, fortalece a gestão democrática, a participação da comunidade escolar e o alinhamento das ações pedagógicas com os objetivos educacionais traçados pelas políticas públicas.

No entanto, apesar da relevância desse processo, ainda existem inúmeros obstáculos para sua efetivação plena. Entre eles, destacam-se a falta de capacitação adequada dos coordenadores pedagógicos, a sobrecarga de atribuições, a insuficiência de recursos materiais e humanos, além de uma comunicação pouco eficiente entre os diferentes níveis de gestão educacional. Essas dificuldades impactam diretamente na qualidade do ensino e comprometem a capacidade das escolas de atender às demandas dos alunos e da sociedade.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a importância da integração entre as políticas educacionais e a atuação da coordenação pedagógica como estratégia para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais, busca-se compreender de que forma essa articulação pode fortalecer as práticas pedagógicas, promover maior coerência entre os objetivos das



políticas públicas e a realidade escolar, além de contribuir para a formação contínua dos professores e o engajamento da comunidade educativa.

A relevância deste estudo está na contribuição para o aprimoramento das práticas educativas e na proposição de caminhos que possam ser adotados pelas redes de ensino e pelas instituições escolares para enfrentar os desafios existentes. Ao destacar o papel do coordenador pedagógico como agente facilitador da implementação das políticas educacionais, pretende-se evidenciar a necessidade de investimentos em formação, valorização profissional e apoio institucional para que esse profissional possa exercer plenamente sua função.

Por fim, ressalta-se que a melhoria da qualidade do ensino depende não apenas de políticas bem formuladas, mas sobretudo de sua aplicação eficaz e contextualizada, o que requer uma gestão escolar integrada, colaborativa e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes. Assim, a articulação entre políticas educacionais e coordenação pedagógica aparece como um elemento fundamental para transformar a realidade das escolas públicas brasileiras, promovendo uma educação mais equitativa, inclusiva e de qualidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: PANORAMA E DESAFIOS

As políticas educacionais brasileiras têm passado por diversas reformulações ao longo das últimas décadas, com o intuito de garantir o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos. A implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, representou um marco importante para a organização do sistema educacional brasileiro, definindo princípios, finalidades e responsabilidades dos entes federativos (Brasil, 1988).

O Brasil tem vivenciado, nas últimas décadas, importantes avanços no campo das políticas educacionais, buscando assegurar o direito à educação de qualidade para toda a população. A Constituição Federal de 1988 consagrou a educação como um direito social fundamental, impondo ao Estado o dever de garantir o acesso, a permanência e o aprendizado significativo nas escolas. A partir dessa premissa, foram desenvolvidas diversas leis, planos e programas que orientam a organização do sistema educacional brasileiro, sendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, uma das legislações mais importantes e estruturantes nesse contexto (Brasil, 2017).

A LDB estabeleceu um marco regulatório que define as competências e responsabilidades dos entes federativos — União, estados, municípios e Distrito Federal — na gestão da educação básica, além de dispor sobre a organização curricular, a formação dos profissionais da educação e os direitos dos estudantes. Desde então, o país tem buscado implementar políticas públicas que visam ampliar o



acesso à educação, reduzir a evasão escolar e elevar os níveis de aprendizado dos alunos, considerando as especificidades regionais e culturais do território nacional (Brasil, 2009).

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído por lei em 2014, é um exemplo recente e significativo de política educacional que estabelece metas e estratégias para a melhoria da educação em um horizonte de dez anos. Entre seus objetivos, destacam-se a universalização do atendimento escolar para crianças e adolescentes, a valorização dos profissionais da educação, o aumento do investimento público e a promoção da inclusão e equidade no sistema educacional. Embora o PNE e outras políticas tenham impulsionado avanços relevantes, o desafio de implementar essas diretrizes de forma efetiva nas escolas permanece um entrave significativo (Brasil, 2009).

Um dos principais obstáculos reside nas desigualdades regionais e socioeconômicas que caracterizam o Brasil. O acesso a recursos básicos, como infraestrutura adequada, materiais didáticos atualizados, tecnologias educacionais e formação qualificada para professores, varia amplamente entre as diferentes regiões do país, refletindo disparidades que impactam diretamente na qualidade do ensino oferecido. Essa desigualdade se manifesta também na gestão das redes públicas, onde municípios menores e com menor capacidade financeira enfrentam maiores dificuldades para cumprir as normas e metas estabelecidas pelas políticas educacionais (Brasil, 1996).

Além das questões estruturais, a fragmentação na implementação das políticas públicas é outro desafio que compromete a efetividade das ações. A coordenação entre os diferentes níveis de governo nem sempre ocorre de maneira eficiente, o que pode resultar em sobreposição ou lacunas nos programas educacionais. A comunicação inadequada e a falta de articulação entre as instâncias federal, estadual e municipal dificultam a uniformização das estratégias, prejudicando a continuidade e o acompanhamento das iniciativas (Brasil, 2001).

Outro ponto crítico refere-se à formação continuada dos profissionais da educação. Os professores e coordenadores pedagógicos, responsáveis pela mediação do processo de ensino-aprendizagem, muitas vezes não dispõem de oportunidades regulares e qualificadas para atualizar suas práticas pedagógicas e se apropriar das inovações propostas nas políticas educacionais. Essa limitação compromete a capacidade das escolas de implementar metodologias mais eficazes, de atender às necessidades diversificadas dos estudantes e de adaptar o currículo às demandas contemporâneas da sociedade (Brasil, 2002).

A ausência de mecanismos consistentes de monitoramento e avaliação da implementação das políticas educacionais também representa um entrave para a melhoria do sistema. Sem indicadores claros e um acompanhamento sistemático, torna-se difícil identificar falhas, corrigir rumos e garantir a qualidade dos processos pedagógicos. A transparência e a participação da comunidade escolar nesses



processos são essenciais para que as políticas possam ser continuamente aprimoradas e ajustadas à realidade local (Brasil, 2002).

Por fim, é importante ressaltar que a superação desses desafios requer não apenas a formulação de políticas bem estruturadas, mas sobretudo a construção de uma gestão educacional integrada, participativa e contextualizada. A coordenação pedagógica, a capacitação dos profissionais da educação e a articulação entre os diversos atores do sistema educacional são elementos fundamentais para traduzir as diretrizes nacionais e estaduais em ações concretas e eficazes nas escolas (Brasil, 2015).

Portanto, o panorama das políticas educacionais brasileiras revela avanços significativos, mas também expõe desafios complexos que demandam esforços coordenados, investimentos contínuos e compromisso político para garantir que a educação de qualidade chegue a todas as crianças e jovens do país. Somente assim será possível construir um sistema educacional mais justo, equitativo e capaz de promover o desenvolvimento social e econômico do Brasil (Brasil, 2014).

Além disso, a efetivação das políticas educacionais depende diretamente da capacidade das escolas em adaptar essas diretrizes às suas realidades locais, o que reforça a importância do papel do gestor escolar, especialmente do coordenador pedagógico. Este profissional atua como um agente mediador, responsável por interpretar, implementar e articular as políticas com as práticas pedagógicas cotidianas. A sua atuação contribui para que as intenções estabelecidas em documentos oficiais sejam traduzidas em ações concretas que atendam às demandas dos estudantes e promovam a melhoria contínua do ensino (Corrêa, 2013).

A coordenação pedagógica, nesse contexto, deve ser vista como um elemento estratégico para o sucesso das políticas públicas, pois está diretamente ligada à organização do trabalho pedagógico, ao acompanhamento do desempenho dos alunos, à formação e ao apoio aos professores, além da promoção de um ambiente escolar que favoreça a aprendizagem. A sua participação ativa na gestão escolar permite uma maior integração entre as metas institucionais e as práticas desenvolvidas em sala de aula, fortalecendo a coerência e a qualidade do processo educativo (Demo, 1992).

Contudo, para que essa integração ocorra de forma eficaz, é fundamental investir na valorização e na formação continuada desses profissionais. O coordenador pedagógico precisa estar preparado para lidar com as complexidades da gestão educacional, compreender as mudanças nas políticas públicas e desenvolver competências que possibilitem liderar processos de transformação dentro das escolas. A formação constante possibilita a atualização dos conhecimentos, o aprimoramento das práticas e a capacitação para enfrentar os desafios diários, o que reflete diretamente na qualidade do ensino oferecido (Flick, 2009).

Outro aspecto relevante para o avanço das políticas educacionais no Brasil é a participação da comunidade escolar, que inclui pais, estudantes, professores e demais profissionais. A construção de uma gestão democrática e colaborativa é um dos pilares para que as ações educacionais sejam efetivas e tenham impacto real. A participação social contribui para a transparência, o controle social e a adequação das políticas às necessidades específicas de cada contexto, fortalecendo o vínculo entre a escola e a sociedade (Franco, 2008).

Além disso, o investimento em tecnologia educacional tem se mostrado uma ferramenta importante para superar algumas das limitações estruturais enfrentadas pelas escolas brasileiras. O uso de recursos digitais pode ampliar o acesso a conteúdo diversificado, facilitar a comunicação entre professores e alunos, e promover metodologias pedagógicas inovadoras que atendam às diferentes formas de aprendizagem. No entanto, para que esses benefícios sejam plenamente aproveitados, é necessário que haja capacitação adequada para os profissionais da educação e infraestrutura tecnológica compatível em todas as regiões do país(Franco, 2008).

Em suma, o desafio de garantir uma educação de qualidade no Brasil envolve múltiplas dimensões que vão desde a formulação de políticas públicas coerentes até a sua efetiva implementação nas escolas. A superação das desigualdades, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, o fortalecimento da coordenação pedagógica e a participação ativa da comunidade escolar são elementos-chave para construir um sistema educacional mais justo, inclusivo e eficiente. Apenas com a convergência desses esforços será possível assegurar que todas as crianças e jovens brasileiros tenham acesso a uma educação que lhes permita desenvolver plenamente seu potencial e contribuir para o progresso da sociedade(Franco, 2008).

2.2 O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA GESTÃO ESCOLAR

A coordenação pedagógica desempenha um papel fundamental na gestão escolar, configurando-se como um elo essencial entre as políticas educacionais formuladas em níveis superiores e a prática cotidiana desenvolvida nas salas de aula. Diferentemente de funções meramente administrativas, a coordenação pedagógica está diretamente envolvida com o processo de ensino-aprendizagem, atuando como suporte técnico e pedagógico para os professores, além de colaborar para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola. Esse profissional tem a responsabilidade de promover a reflexão sobre as práticas pedagógicas, incentivar a inovação e contribuir para a formação continuada do corpo docente, buscando sempre o aprimoramento da qualidade do ensino (Gandin, 1993).

Ao mediar a relação entre os objetivos institucionais e as necessidades específicas da comunidade escolar, o coordenador pedagógico atua como um agente facilitador, articulando ações

que visem ao desenvolvimento integral dos estudantes. Sua atuação inclui a observação e acompanhamento das aulas, a identificação de dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos, bem como o planejamento de estratégias para superar tais desafios. Além disso, o coordenador desempenha um papel de liderança pedagógica, fomentando um ambiente de colaboração entre educadores, incentivando a troca de experiências e a construção coletiva de conhecimentos (Gatti, 2018).

A gestão do projeto político-pedagógico é uma das atribuições centrais da coordenação pedagógica, pois é por meio dele que a escola define suas metas, prioridades e formas de organização do processo educativo. Nesse sentido, o coordenador participa da elaboração, implementação e avaliação desse documento, assegurando que as políticas públicas e as diretrizes curriculares estejam alinhadas com a realidade e os objetivos da escola. Esse alinhamento contribui para que as ações pedagógicas sejam coerentes, contextualizadas e capazes de responder às demandas dos alunos e da comunidade (Giovani, 2013).

Além das funções internas, a coordenação pedagógica também estabelece diálogo com a gestão administrativa da escola, a comunidade escolar e as redes de ensino, articulando recursos e parcerias que potencializam o trabalho pedagógico. A comunicação eficiente entre esses diversos atores é fundamental para a construção de uma gestão democrática e participativa, que valorize o protagonismo dos professores e dos estudantes (Guzzo, 2007).

Contudo, a atuação do coordenador pedagógico enfrenta desafios importantes, como a sobrecarga de funções administrativas, a falta de formação específica e a ausência de reconhecimento institucional adequado. Muitas vezes, esses profissionais acumulam atribuições que dificultam seu foco na mediação pedagógica e no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a insuficiência de programas de capacitação continuada compromete a atualização e o desenvolvimento das competências necessárias para lidar com a complexidade da gestão escolar contemporânea (Hoffmann, 2008).

Apesar dessas dificuldades, o papel da coordenação pedagógica é decisivo para a melhoria da qualidade da educação. Sua presença contribui para fortalecer a prática docente, promover o engajamento dos professores e garantir que as políticas educacionais sejam efetivamente implementadas nas escolas. Ao atuar de forma integrada com as equipes pedagógicas e administrativas, o coordenador pedagógico favorece a construção de um ambiente escolar mais organizado, colaborativo e voltado para o sucesso dos alunos (Libâneo, 2012).

Portanto, compreender e valorizar o papel da coordenação pedagógica na gestão escolar é essencial para a transformação das escolas em espaços de aprendizagem significativos e para a

promoção de uma educação que atenda às demandas sociais e culturais da contemporaneidade (Libâneo, 2013).

Além disso, a valorização da coordenação pedagógica deve estar atrelada a políticas públicas que reconheçam formalmente sua importância dentro da estrutura escolar, oferecendo condições adequadas de trabalho, remuneração justa e possibilidades reais de desenvolvimento profissional. É fundamental que esses profissionais tenham acesso a programas de formação continuada que sejam específicos para a função, contemplando as particularidades da gestão pedagógica e capacitando-os para lidar com os desafios emergentes do ambiente escolar, tais como a diversidade cultural, as necessidades educacionais especiais e as inovações tecnológicas (Libâneo, 2013).

Outro aspecto essencial é a definição clara das atribuições do coordenador pedagógico, evitando que suas responsabilidades sejam diluídas em tarefas administrativas que desviam seu foco principal. A gestão escolar deve proporcionar um ambiente onde o coordenador possa dedicar-se prioritariamente ao acompanhamento pedagógico, à orientação dos professores e à construção coletiva do projeto político-pedagógico, assegurando que as ações planejadas sejam monitoradas e avaliadas constantemente. Esse acompanhamento permite ajustes que tornam as práticas mais eficazes e adaptadas às realidades específicas de cada escola (Libâneo, 2004).

A atuação da coordenação pedagógica, quando efetiva, impacta diretamente na motivação e no desempenho dos docentes. Ao oferecer suporte técnico e emocional, o coordenador fortalece a autoestima dos professores, estimula a inovação em sala de aula e cria condições para a troca de saberes e experiências. Essa rede de colaboração favorece um clima organizacional positivo, no qual os educadores se sentem valorizados e encorajados a buscar melhorias contínuas em suas práticas pedagógicas (Libâneo, 2001).

Além disso, o coordenador pedagógico desempenha um papel importante na articulação com a comunidade escolar, envolvendo pais, estudantes e demais agentes sociais no processo educativo. Essa aproximação fortalece a compreensão sobre as necessidades e expectativas dos alunos, promovendo a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. A participação ativa da comunidade contribui para a transparência das ações escolares e para o fortalecimento do compromisso coletivo com a qualidade do ensino (Libâneo et al., 2011).

Portanto, investir na formação, valorização e no reconhecimento da coordenação pedagógica é uma estratégia indispensável para o aprimoramento da gestão escolar e para a promoção de uma educação de qualidade. O fortalecimento dessa função representa um avanço significativo na construção de escolas que respondam às demandas sociais atuais, preparem os estudantes para os desafios do século XXI e consolidem a educação como um direito fundamental para o desenvolvimento humano e social (Lima; Santos, 2007).

2.3 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS COM A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: BENEFÍCIOS E OBSTÁCULOS

A integração entre políticas educacionais e a coordenação pedagógica possibilita uma maior coerência e efetividade na implementação das ações educativas. Essa articulação contribui para que os professores recebam orientações claras e suporte adequado para enfrentar os desafios do cotidiano escolar, além de favorecer o alinhamento das práticas pedagógicas com os objetivos das políticas públicas (Lombardi, 2004).

A integração entre as políticas educacionais e a coordenação pedagógica constitui um aspecto fundamental para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas. Essa articulação possibilita que as diretrizes e metas estabelecidas em níveis federal, estadual e municipal sejam efetivamente traduzidas em práticas pedagógicas concretas e contextualizadas à realidade de cada instituição de ensino. A coordenação pedagógica, ao atuar como intermediária entre as políticas formuladas e a execução cotidiana das ações escolares, contribui para que as estratégias educacionais sejam alinhadas às necessidades dos estudantes, garantindo maior coerência e efetividade no processo de ensino-aprendizagem (Luck, 2012).

Entre os benefícios dessa integração destaca-se o fortalecimento da gestão pedagógica, que passa a ser mais articulada e participativa. Quando as políticas educacionais são compreendidas e incorporadas pelo coordenador pedagógico, é possível promover a formação continuada dos professores de maneira direcionada, além de estimular práticas pedagógicas inovadoras que estejam em sintonia com os objetivos institucionais e as demandas sociais. Essa articulação também favorece a construção de um ambiente escolar colaborativo, no qual educadores, gestores e comunidade atuam de forma integrada, potencializando os resultados educacionais (Luckesi, 2005).

Além disso, a integração permite que os recursos materiais e humanos sejam melhor direcionados, evitando esforços dispersos e possibilitando uma atuação mais estratégica da equipe escolar. A coordenação pedagógica, ao assumir a responsabilidade pela mediação das políticas educacionais, contribui para o desenvolvimento de projetos que promovem a inclusão, a equidade e a melhoria contínua do processo educativo. Esse alinhamento entre planejamento e prática é essencial para que as metas estabelecidas nas políticas públicas sejam alcançadas de maneira efetiva (Luckesi, 2005).

Por outro lado, a integração entre as políticas educacionais e a coordenação pedagógica enfrenta diversos obstáculos que dificultam sua plena realização. Um dos principais desafios refere-se à falta de formação específica dos coordenadores para lidar com as demandas complexas da gestão pedagógica e para compreender profundamente as políticas públicas vigentes. Muitas vezes, esses

profissionais acumulam funções administrativas que desviam seu foco da mediação pedagógica, comprometendo sua capacidade de articular as políticas com a prática escolar (Medina, 1997).

Outro entrave significativo é a insuficiente comunicação e articulação entre os diferentes níveis de governo, o que pode resultar em diretrizes desconexas, orientações conflitantes ou falta de suporte adequado para a execução das políticas nas escolas. Essa fragmentação compromete a continuidade das ações e gera dificuldades para os coordenadores na hora de implementar as estratégias previstas. Além disso, a carência de recursos financeiros e materiais, bem como a ausência de um suporte institucional consistente, limita as possibilidades de intervenção pedagógica eficaz (Mendes, 2010).

A sobrecarga de trabalho e a falta de reconhecimento institucional também são obstáculos que impactam negativamente a atuação da coordenação pedagógica. Em muitos contextos, esses profissionais não dispõem de tempo suficiente para dedicar-se integralmente às atividades pedagógicas, o que prejudica o acompanhamento sistemático dos professores e o desenvolvimento de projetos que possam efetivamente transformar a prática educativa. A desvalorização dessa função dificulta a motivação e o engajamento dos coordenadores, fatores essenciais para o sucesso da integração (Moreira, 2015).

Portanto, apesar dos benefícios evidentes da integração entre políticas educacionais e coordenação pedagógica, a superação dos obstáculos mencionados é imprescindível para que essa articulação se torne uma realidade efetiva. Investimentos em formação continuada, valorização profissional, melhor organização das funções e fortalecimento dos canais de comunicação entre os diferentes níveis de gestão são medidas fundamentais para garantir que as políticas públicas alcancem seu propósito de promover uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa (Moreira, 2015).

2.4 FORMAÇÃO CONTINUADA E VALORIZAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

A formação continuada é um dos pilares para que os coordenadores pedagógicos possam exercer seu papel com eficácia. Investimentos em capacitação técnica, atualização pedagógica e desenvolvimento de competências gerenciais são fundamentais para que esses profissionais lidem com a complexidade das demandas escolares (Nóvoa, 1995).

A formação continuada e a valorização do coordenador pedagógico são elementos essenciais para garantir uma gestão escolar eficaz e, consequentemente, a melhoria da qualidade do ensino. A função do coordenador pedagógico exige competências específicas que vão além do conhecimento técnico; envolve habilidades de liderança, mediação de conflitos, planejamento estratégico e capacidade de articulação entre os diversos atores da comunidade escolar. Nesse sentido, a formação continuada surge como um processo indispensável para que esses profissionais possam atualizar suas



práticas, aprofundar seus conhecimentos e desenvolver as competências necessárias para enfrentar os desafios do contexto educacional contemporâneo (Oliveira et al., 2017).

A formação contínua possibilita que o coordenador pedagógico esteja alinhado às novas diretrizes das políticas educacionais, conheça as metodologias pedagógicas inovadoras e compreenda as mudanças sociais e culturais que impactam o ambiente escolar. Além disso, contribui para o fortalecimento do trabalho colaborativo com os professores, promovendo reflexões sobre as práticas pedagógicas e incentivando a construção coletiva do conhecimento. Esse processo formativo, quando estruturado e sistematizado, favorece a transformação das escolas em espaços de aprendizagem dinâmicos e significativos, capazes de responder às demandas e diversidades dos alunos (Ostermann; Cavalcanti, 2010).

No entanto, a oferta de formação continuada para coordenadores pedagógicos ainda enfrenta diversas limitações. Muitas vezes, os cursos e capacitações disponíveis não são específicos para a função, apresentam caráter pontual e não acompanham as reais necessidades do cotidiano escolar. Além disso, a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo para se dedicar aos estudos dificultam a participação desses profissionais em programas de atualização. Essa lacuna formativa compromete a atuação dos coordenadores e impacta negativamente na qualidade da mediação pedagógica(Ostermann; Cavalcanti, 2010).

A valorização do coordenador pedagógico é outro aspecto crucial para o fortalecimento da função. O reconhecimento institucional, por meio de políticas que garantam condições adequadas de trabalho, remuneração compatível e estabilidade, influencia diretamente a motivação e o compromisso desses profissionais. A ausência de valorização pode levar à desmotivação, ao desgaste e até à evasão da função, prejudicando o acompanhamento pedagógico e o suporte necessário aos professores e alunos (Patto, 1997).

Além do reconhecimento formal, a valorização deve se manifestar também no respeito às atribuições do coordenador e na garantia de que suas responsabilidades estejam focadas na mediação pedagógica, evitando a sobrecarga com tarefas administrativas que desviam seu foco principal. Um coordenador valorizado é capaz de liderar processos de mudança, incentivar a inovação e contribuir para o desenvolvimento de uma cultura escolar orientada para a aprendizagem e a inclusão(Patto, 1997).

Portanto, investir na formação continuada e na valorização do coordenador pedagógico é investir na qualidade da educação como um todo. Esses profissionais desempenham um papel estratégico na articulação das políticas educacionais com a prática escolar, e seu preparo e reconhecimento são determinantes para o sucesso das ações pedagógicas. A construção de políticas

públicas que priorizem esses aspectos é fundamental para fortalecer a gestão escolar e promover um ensino que atenda às demandas da sociedade contemporânea (Piaget, 2000).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a coordenação pedagógica desempenha um papel estratégico e indispensável na gestão escolar, sendo o elo que conecta as políticas educacionais às práticas cotidianas desenvolvidas nas escolas. Sua atuação vai muito além das funções administrativas, envolvendo o acompanhamento direto do processo de ensino-aprendizagem, a formação continuada dos professores e a construção colaborativa do projeto político-pedagógico. Esse profissional é fundamental para promover a qualidade do ensino, estimular a inovação pedagógica e garantir que as diretrizes educacionais sejam efetivamente implementadas.

Contudo, para que o coordenador pedagógico possa desempenhar plenamente suas funções, é imprescindível que haja investimento na sua formação, valorização profissional e definição clara de suas atribuições. A sobrecarga de tarefas e a falta de reconhecimento ainda representam desafios significativos que comprometem o potencial dessa função na transformação das práticas escolares. Portanto, políticas públicas que assegurem condições adequadas de trabalho, capacitação constante e valorização institucional são fundamentais para fortalecer essa figura central na gestão educacional.

Por fim, reconhecer e apoiar a coordenação pedagógica é contribuir para a construção de escolas mais organizadas, colaborativas e voltadas para o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa valorização reflete diretamente na melhoria dos processos pedagógicos e na promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, capaz de responder às demandas contemporâneas da sociedade e preparar as futuras gerações para os desafios do mundo atual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Documento de referência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jan. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 9, de 20 de setembro de 2001. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CORRÊA, Maria de Fátima. Orientação educacional: conceitos e práticas. São Paulo: Cortez, 2013.

DEMO, Pedro. Qualidade da Educação: O Papel do Educador. 1. ed. São Paulo: Editora Educação, 1992.

FLICK, Uwe. Qualidade na pesquisa qualitativa. Coleção Pesquisa Qualitativa, São Paulo: Bookman; Artmed, 2009.

FRANCO, Maria. Educação e Emancipação: Teoria e Prática. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2008.

FRANCO, Maria Helena de Souza. Formação de professores: um desafio para a educação. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

GANDIN, Daniel. Planejamento Educacional: Teoria e Prática. 1. ed. Brasília: Editora Educação, 1993.

GANDIN, Luís A. Atas de Reuniões: Práticas e Reflexões. São Paulo: Editora XYZ, 2021.

GATTI, Bernardete A. G. Formação de professores e a Base Nacional Comum Curricular. São Paulo: Editora Cortez, 2018.



GIOVANI, Carlos. Formação de Professores: Teoria e Prática. 1. ed. São Paulo: Editora Educação, 2013.

GUZZO, Paulo. Educação e Sociedade: Caminhos para a Liberdade. 1. ed. São Paulo: Editora Educação, 2007.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: um desafio na educação. São Paulo: Moderna, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, J. A qualidade da educação: desafios e perspectivas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, J. Didática e Gestão Escolar. 1. ed. São Paulo: Editora Educação, 2004.

LIBÂNEO, J. Formação de Professores: Desafios e Perspectivas. 1. ed. São Paulo: Educação, 2001.

LIBÂNEO, J.; OLIVEIRA, M.; TOSCHI, L. Didática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, J.; SANTOS, M. Coordenação Pedagógica e Formação Continuada. 1. ed. Rio de Janeiro: Educação, 2007.

LOMBARDI, M. Fontes históricas: um desafio à pesquisa. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LÜCK, H. Avaliação institucional: uma reflexão sobre a prática. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2012.

LUCKESI, P. Avaliação da Aprendizagem: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEDINA, J. A Supervisão Escolar e a Formação do Professor. 1. ed. São Paulo: Educação, 1997.

MENDES, A. Desenvolvimento Profissional de Professores: Desafios e Perspectivas. 1. ed. Rio de Janeiro: Educacional, 2010.

MOREIRA, A. Vygotsky e a educação: a perspectiva de desenvolvimento. São Paulo: Vozes, 2015.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. 2. ed. Lisboa: Editora Tal, 1995.

OLIVEIRA, A.; SILVA, J.; PEREIRA, M. Valorização da Coordenação Pedagógica no PNE. 1. ed. São Paulo: Educação, 2017.

OSTERMANN, F.; CAVALCANTI, C. J. H. Teorias de Aprendizagem. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

PATTO, M. Educação e Classe: Um Olhar Crítico sobre a Escola Pública. 1. ed. São Paulo: Educação, 1997.

PIAGET, J. A psicologia da inteligência. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.